



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
ESTADO DE MINAS GERAIS

REQUERIMENTO N.862/2022

Excelentíssimo Senhor
Vereador Leonardo Rodrigues da Silva Neto
Presidente da Câmara Municipal
ARAGUARI

Senhor Presidente,

O vereador que a este subscreve vem respeitosamente requerer ouvido o Plenário na forma regimental, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Renato Carvalho Fernandes, extensivo as Secretarias competentes, encaminhando ANTEPROJETO que “INSTITUI O PROGRAMA, BAIRRO EMPREENDEDOR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”,

Nestes Termos, pede e espera deferimento.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, sala das sessões, em 08 de Março de 2022.

Paulo César Pereira
Vereador - Proponente

APROVADO____16____votos
REPROVADO ____-____ votos
DEFERIDO (-)
Sala das sessões, em 08/03/2022





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANTEPROJETO DE LEI N. _____/2022.

**“Institui o PROGRAMA BAIRRO
EMPREENDEDOR no âmbito do município de
Araguari e dá outras providências.”**

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o “Programa Bairro Empreendedor” no município de Araguari, a ser desenvolvida pela escolha do Poder Executivo, ou que couber.

Art. 2º O Programa de que trata o artigo 1º tem por objetivo:

- a) Fortalecer os núcleos comerciais nos bairro e contribuir com desenvolvimento econômico em todas regiões do município;
- b) Apoio às atividades informais no sentido de garantir sua inserção no mercado formal, através de parcerias de orientação fornecidas gratuitamente pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), com programas como “Brasil Mais”, que aperfeiçoa e orienta a produção e gerenciamento para inovações, gerando crescimento econômico dos empreendimentos, além da contribuição social para o bairro.
- c) Facilitar o financiamento das atividades econômicas, notadamente para as micro, pequenas e médias empresas já instaladas, favorecendo sua competitividade e seu fortalecimento no mercado globalizado;
- d) Promoção da formação e qualificação profissional adequada às necessidades atuais e futuras dos diferentes segmentos econômicos para desempregados e empreendedores, fazendo parcerias com SINE (Sistema Nacional de Emprego) e instituições de ensino profissionalizantes;
- e) Reduzir o nível de desemprego;

f) Aproximar os pequenos comerciantes a Prefeitura Municipal, incorporá-las ao esforço comum de desenvolvimento local e regional;

g) Expansão e crescimento das atividades comerciais nos bairros;

h) Incentivar o estabelecimento de relações entre Universidades e a comunidade, trocando conhecimento em forma de assessoria e de consultoria às micro e pequenas empresas, tanto urbanas quanto rurais, assim como a áreas sociais;

i) Criação de novos pontos de comércio, criando assim, mais empregos e renda nos locais próximos da moradia dos trabalhadores;

j) Aprimoramento tecnológico e incremento da inovação em produtos e processos dos pequenos negócios, oportunizando-lhes condições iguais de competitividade maior acesso ao mercado;

k) Troca sinérgica de experiência entre os vários empreendimentos da mesma cadeia produtiva e de bairros distintos para busca de apoio e recursos não reembolsáveis, como forma de solucionar problemas comuns e fortalecer os pequenos negócios;

l) Formação de APLs – Arranjos Produtivos Locais, unindo empreendedores da mesma cadeia produtiva e de bairros distintos para busca de apoio e recursos não reembolsáveis, como forma de solucionar problemas comuns e fortalecer os pequenos negócios;

m) Organização de produtos e serviços dos bairros com utilização do futuro Selo de Qualidade e Procedência artesanal e agricultura familiar, projeto em tramitação no executivo;

n) Estimular a cultura empreendedora;

o) Capacitar e qualificar profissionais autônomos, grupos produtivos, microempreendedores formais e informais;

Art. 3º A Administração Municipal fica autorizada a celebrar convênios, parcerias e ou outros instrumentos de cooperação para a promoção de ações de empreendedorismo, com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como empresas e instituições privadas e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como com empresas e instituições privadas e órgãos não-governamentais, visando ao apoio e á solidariedade no acompanhamento, execução e avaliação das ações decorrentes desta Lei.

Art. 4º Para o cumprimento dos objetivos desta Lei, o Poder Público Municipal poderá:

a) Promover palestras, cursos, oficinas, conferências, campanhas junto às associações de moradores, sindicatos, escolas, igrejas e outros segmentos da sociedade civil, que venham prover informações sobre a cultura empreendedora;

b) Criar o “Dia Municipal do Empreendedor”

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 08 de Março de 2022.

Paulo César Pereira
Vereador - Proponente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA:

Ao instituir o “Programa Bairro Empreendedor”, o presente projeto de Lei objetiva, como ponto inicial, estimular a cultura empreendedora em nossa cidade através do desenvolvimento deste importante projeto junto à comunidade dos bairros, contando inclusive com apoio das associações de bairros e, na sequência, capacitar e qualificar profissionais autônomos, grupos produtivos, microempreendedores formais e informais para fomento das atividades econômicas em geral. Busca também promover o empreendedorismo, proporcionando os meios de acesso ao microcrédito assistido e viabilizando o encaminhamento dos trabalhadores locais ao mercado de trabalho.

Além disso estimular, a formalização profissional e estruturação assistidas dos bairros, pode valorizar a formação do tão sonhado circuito turístico, englobando o comércio dos bairros e suas características individuais para criação da identidade turística municipal.

Estamos prevendo que a consecução dos objetivos do “Programa Bairro Empreendedor” dar-se-á por ações a serem desenvolvidas pelos órgãos públicos e privados responsáveis pelo programa, consistentes em orientação empresarial (formalização e linhas de crédito), orientação jurídica e organizacional de palestras, minicursos, oficinas e outras.

Nossa proposta é de fortalecimento do comércio local, baseado nas potencialidades locais e regionais e comprometido com bem-estar de todos os segmentos sociais da população.

Organizar palestras, conferências, campanhas junto às associações de bairros, escolas, igrejas e outros segmentos da sociedade civil, promoveriam a importância da valorização do comércio local e quais as perspectivas para o enfrentamento da nova conjuntura social do pós pandemia e suas consequências na retomada da economia, tanto local, como global.

Como o presente projeto de Lei tem um elevado conteúdo social, esperamos uma atenção especial desta casa e do executivo para fomentar sua atribuição ao quadro de leis do

município. Nestas perspectivas esperamos deferimento desse projeto de Lei.

Paulo César Pereira
Vereador - Proponente